



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 04/26, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Vereador, Dr. Carlos Manuel Maceira de Campos

Sra. Vereadora, Dra. Alexandra Paula Pereira Cardoso de Moura

Sr. Vereador, Dr. Paulo Jorge Dinis Eliseu

Pelas quinze horas e três minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz, deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e os munícipes que acompanhavam a transmissão online. Justificou o ligeiro atraso com a participação, juntamente com o Senhor Vice-Presidente, numa reunião com a ULS de Coimbra na Pampilhosa da Serra.

Não havendo audição do público, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de iniciar a sua intervenção, deu nota da ausência do Senhor Vereador Dr. Luis Filipe de Jesus, tendo os serviços procedido à sua substituição nos termos do artigo 78.º, n.º 1, conjugado com o artigo 79.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando nota dos momentos que antecederam a presente reunião. Começou por referir a conferência de imprensa de apresentação da “Tábua de Queijos e Sabores da Beira”, realizada no dia 19 de fevereiro na Casa Grande de



CÂMARA MUNICIPAL

Loureiro, um local simbólico para a ligação ao turismo. Aproveitou a ocasião para convidar todos os tabuenses para o evento, que decorreria no fim de semana seguinte, descrevendo-o como uma celebração do mundo rural e um certame importante para a economia local e para a divulgação dos produtos endógenos.

De seguida, abordou o período de grande turbulência vivido no concelho, fruto das intempéries. Salientou de forma positiva a resiliência e a organização demonstrada não só pelos serviços municipais de proteção civil, mas também pelos Presidentes de Junta, pelas duas corporações de bombeiros (Tábua e Vila Nova de Oliveirinha) e pela equipa de sapadores da CIM Região de Coimbra, que atuaram na prevenção e na remoção de árvores caídas. Informou que, por sugestão da Comissão Municipal de Proteção Civil, e com a boa receptividade das associações, os eventos de Carnaval foram adiados. Mencionou também que, por prevenção e segurança, foram adiadas uma montaria e uma prova de enduro, devido ao estado dos terrenos.

Informou que o Município tem manifestado, em vários fóruns e junto de três ministérios, a preocupação de que Tábua seja devidamente enquadrada para absorver os prejuízos causados. Defendeu a necessidade de a população recorrer aos seguros e lançou o desafio ao Governo para a criação de uma linha de financiamento específica, através da Segurança Social, para apoiar as famílias no pagamento desses mesmos seguros. No que concerne às infraestruturas municipais e associativas danificadas, informou que foram feitos contactos com o IPDJ e com a Federação Portuguesa de Futebol. Relativamente aos danos em muros, taludes e pontes, estimou um prejuízo a rondar os 2 milhões de euros, e garantiu que o Município irá submeter uma candidatura para obter financiamento para a sua reparação. Aproveitou para criticar a falta de atividade da Infraestruturas de Portugal (IP) na resolução de problemas em estradas e pontes sob a sua jurisdição, como a que liga Póvoa de Midões a Correlos (Carregal do Sal), matéria que foi abordada no Conselho Intermunicipal e divulgada na comunicação social.

No âmbito da Saúde, deu nota da sua presença, juntamente com o Vice-Presidente, na reunião com a CIM e a ULS de Coimbra. Informou, como ponto positivo, que as obras de requalificação do Centro de Saúde de Tábua têm início agendado para 10 de março, com prazo de execução até agosto de 2026, e que, face à diferença entre o valor de adjudicação (867.000€) e o financiamento do PRR (620.000€), está em negociação com a tutela um reforço



CÂMARA MUNICIPAL

de verba de cerca de 240.000€ Alertou para a necessidade de nomeação de um representante da ULS para o Conselho Municipal da Saúde e para a urgência na celebração de um contrato com a nova médica de família para fidelizar a sua ligação à USF.

Na área da Ação Social, informou que o Município foi distinguido com a medalha de Mérito Social 2026, entre 782 candidaturas. Relativamente à Habitação, e passando a pasta ao Senhor Vice-Presidente, alertou para os atrasos “inadmissíveis” do IHRU na validação de candidaturas no âmbito do arrendamento acessível e, sobretudo, do programa “1.º Direito”, onde uma candidatura esteve um ano e meio em análise e cuja aprovação tardia coloca uma enorme pressão sobre o Município para executar a obra até junho de 2026, sob pena de um corte de 25% no financiamento. Questionou a razoabilidade de se exigir que uma obra seja feita em três ou quatro meses e a justiça de se impor aos municípios a assunção de 25% do seu custo por atrasos que não lhes são imputáveis.

A terminar, manifestou a sua preocupação com os atrasos na requalificação da Escola Secundária de Tabua, um investimento de urgência cuja responsabilidade de execução era do Governo, que apenas celebrou o contrato de descentralização de competências. Afirmou que, à semelhança de outros municípios, está a tentar encontrar soluções para que o investimento seja levado a bom porto.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção complementando o exposto pelo Senhor Presidente, subscrevendo a crítica à mudança de regras no programa “1.º Direito”. Informou que, das cinco habitações já aprovadas a 100%, apenas duas estão em obra e ficarão prontas a tempo. As outras três já não cumprirão o prazo. Relativamente a uma nova candidatura, aprovada na semana anterior após quase dois anos de espera, e que diz respeito a sete habitações indignas, informou ser “humanamente impossível” ter as obras prontas até junho de 2026. Por essa razão, reuniu com os beneficiários, famílias carenciadas, que aceitaram a redução do financiamento para 75% para que o prazo de execução possa ser estendido até junho de 2027. O Município comprometeu-se a estudar uma forma de financiar os restantes 25%, matéria que será trazida a reunião de Câmara através de um regulamento próprio.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente ao prémio de Mérito Social, agradeceu aos técnicos da área social do Município e das IPSS, cujo trabalho e colaboração foram essenciais para este reconhecimento pelo segundo ano consecutivo.

No que concerne aos apoios para mitigação dos danos da intempérie, subscreveu a posição do Senhor Presidente, e esclareceu que o apoio municipal é uma resposta rápida para minimizar o impacto e não para fazer reparações, que devem ser feitas pelos próprios ou acionando os respetivos seguros.

Terminou dando nota da sua presença, no dia 20, na Biblioteca Municipal, na palestra "O Verso do Algoritmo", com a escritora Rosa Alice Branco e o Professor Carlos Fiolhais, que considerou um êxito.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção felicitando a comunidade escolar, nomeadamente o pré-escolar público e da Santa Casa da Misericórdia, pelo “belíssimo trabalho” nos desfiles de Carnaval, que, devido ao mau tempo, decorreram no Pavilhão Multiusos com grande alegria e participação de toda a comunidade educativa. Felicitou também as organizações dos cortejos de Carnaval que decorreram no concelho. Deu nota da participação na reunião de balanço do programa “Missão Futuros, 9ª Geração do Escolhas”, um consórcio que intervém em Tábua e Oliveira do Hospital, cujo impacto positivo nos jovens está a superar as metas projetadas. Convidou todos a ouvirem o programa de rádio “É P’ra Tocar à Rádio” para conhecerem o projeto na primeira pessoa. Informou que, em resultado das tempestades, que expuseram o perigo das habitações devolutas e em ruína, será iniciado um levantamento exaustivo destes imóveis, notificando os proprietários para a reposição das condições de segurança e estudando procedimentos para os casos em que os proprietários não sejam encontrados.

Anunciou que o BUPi itinerante regressará às freguesias a partir de maio, e reforçou o convite para a participação das famílias no espaço infantil da Feira do Queijo, que contará com a colaboração da EPTOLIVA.



CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção parabenizando o Senhor Presidente e a toda a comissão de organização da “Tábua de Queijos e Sabores da Beira” pelo programa “riquíssimo” e pela estratégia de divulgação, que incluiu a presença no programa “Praça da Alegria” da RTP e que incluirá a apresentação do evento na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa.

No mesmo âmbito, divulgou a Semana do Borrego Serra da Estrela DOP, em parceria com a EstrelaCoop, e a adesão do Município à iniciativa "Gosto do Meu Mercado", integrada na rede internacional "Love Your Market", que visa promover os mercados locais. No âmbito do Desporto, deu nota da realização do Mega Sprint concelhio, que contou com 260 alunos, e dos excelentes resultados da equipa de natação da Escola Municipal de Atividades Aquáticas no circuito de Arganil, onde obteve o segundo lugar entre 17 equipas. Referiu ainda os bons resultados da participação no Gira-Volei em Mira e a distinção do Município com o segundo lugar na candidatura a "Municípios Amigos do Desporto 2026", na categoria de 10.000 a 25.000 habitantes, a par com o Município da Mealhada. Informou que a rede de percursos pedestres está a ser alvo de manutenção, com o PR2 – Caminho do Xisto de Sevilha já reaberto para a caminhada integrada na Feira do Queijo. No movimento associativo, destacou a sua presença nos desfiles de Carnaval de Midões (movimento associativo) e Mouronho (grupo de jovens "Quere o Manu"), na atividade "Há Pão Quente na Lafa" em Ázere, e na gala dos 40 anos do Clube Scape Livre, na Guarda.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. CARLOS CAMPOS

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos a todos os presentes e deu nota que o Centro de Formação para a Transição Energética, instalado em Tábua, irá abrir brevemente um curso de nível 5 (Técnico Especialista em Gestão da Qualidade e Sustentabilidade), com 1500 horas, para 15 formandos, que dará equivalência a unidades curriculares do ensino superior na ESTGOH.

Reforçou a adesão do Município ao projeto C-reast, do programa ELENA, que permitirá obter financiamento para a melhoria da eficiência energética em edifícios públicos. Deu conta da portaria 442A de 2025, que permite o financiamento de intervenções em edifícios de cooperativas de habitação, IPSS e condomínios com cariz social ou habitacional.



CÂMARA MUNICIPAL

Relembrou ainda os incentivos do Compete 2030 para a transição climática e energética das empresas.

Por último, deu nota do programa "Botija de Gás Solidária", que permite às famílias mais vulneráveis, através das Juntas de Freguesia, serem comparticipadas na aquisição de gás.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. ALEXANDRA MOURA

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção destacando positivamente a forma como Candosa e Várzea organizaram os seus bailes de Carnaval ao longo de três dias. Congratulou também os organizadores dos desfiles de Carnaval de Mouronho e Midões. A terminar, a pedido de uma família, fez um reparo sobre a necessidade de limpeza do parque infantil do Jardim Sarah Beirão, afetado pela intempérie.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, DR. PAULO ELISEU

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção congratulando o Município pela organização da Feira do Queijo. De seguida, numa nota de âmbito nacional, felicitou publicamente o Dr. Luís Neves pela sua recente nomeação como Ministro da Administração Interna, pessoa por quem nutre um enorme apreço profissional e pessoal. Numa segunda nota, de âmbito municipal, e sem pretender fazer qualquer crítica à gestão da recente inundação, abordou a questão da Ribeira de Tábua. Reconhecendo que a sua intervenção é técnica, legal e financeiramente complexa, defendeu que o executivo deveria iniciar um projeto integrado e de longo prazo para a ribeira, que respeite o ambiente, o bem-estar das pessoas e que a transforme num ex-líbris do concelho, à semelhança do que outras povoações ribeirinhas fizeram. Argumentou que, embora a obra não pudesse ser concluída no atual mandato, o seu início deixaria uma marca na governação.

A encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu as intervenções de todos os Vereadores e, em resposta às questões levantadas, prestou os seguintes esclarecimentos:

Sobre a Ribeira de Tábua, afirmou que as equipas estão a trabalhar, mas que as prioridades iniciais foram o desimpedimento de estradas. Lamentou que Tábua não tenha sido incluída nos apoios para municípios afetados pelas cheias, ao contrário de outros a escassos



CÂMARA MUNICIPAL

quilómetros. Garantiu que as questões de menor dimensão, como a do parque infantil, serão resolvidas por ordem de prioridade. Relativamente ao projeto para a ribeira, concordou com a sua importância, mas salientou que o concelho tem outros rios, como o Alva, que sofreu cheias de dimensão nunca vista. Esclareceu que, muito antes da intempérie, os serviços já estavam a preparar candidaturas para o desassoreamento da Ribeira de Tábua e que, no verão anterior, a mesma tinha sido alvo de limpeza. Defendeu que a solução passa por uma constante articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente e por um trabalho estratégico em todas as linhas de água com potencial turístico e ambiental, como já está a ser feito no Rio Alva. A terminar, associou-se às felicitações ao novo Ministro da Administração Interna, desejando-lhe sucesso.

Não havendo mais nada a tratar neste período, deu-se início ao Período da Ordem do Dia.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 03/26, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026

O Senhor Presidente submeteu a ata à apreciação.

A Senhora Vereadora Alexandra Moura solicitou a palavra, solicitando que no ponto 11 da mesma constasse a data de início e a data do fim do referido pagamento.

O Senhor Presidente considerou o pedido um mero complemento e, dirigindo-se ao Senhor Vice-Presidente que presidiu à referida reunião, sugeriu que a ata fosse aprovada com essa indicação.

Colocada à votação com a alteração proposta, a ata foi aprovada por unanimidade.

2. 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL, REGULAMENTO DO MAPA DE PESSOAL E PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO

O Senhor Presidente introduziu o ponto, passando a palavra à Senhora Vereadora Susana Mendes para uma súmula da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL

A Senhora Vereadora Susana Mendes explicou que a proposta de alteração visava corrigir um lapso relativo aos requisitos para um posto de Técnico Superior afeto ao BUPi, ajustando-os à função de georreferenciação em vez de cadastro predial. Visava também dar resposta a necessidades identificadas, nomeadamente: o aumento do número de assistentes operacionais (cantoneiros), face às necessidades criadas pelas intempéries; o reforço de um auxiliar de apoio à saúde para o Centro de Saúde; e a inclusão de mais um motorista para o transporte coletivo de crianças, face às crescentes solicitações e à amplitude de horários.

O Senhor Vereador Paulo Eliseu questionou a necessidade de mais um motorista, dado que já existe um protocolo com as Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente e a Senhora Vereadora Susana Mendes esclareceram que o protocolo com as Juntas não cobre todas as necessidades, nomeadamente o transporte para as atividades de enriquecimento curricular, as solicitações das escolas e o transporte de alunos do ensino articulado para fora do concelho. Mencionaram a elevada amplitude horária (das 7:30 às 18:30) e a iminência de uma aposentação, que tornam urgente o reforço de recursos humanos próprios.

Deliberação n.º 148 - Presente a informação n.º 9/RH/2026, de 16 de fevereiro, do Técnico Superior, Mário Serrano, referente à 1.ª alteração ao mapa de pessoal, regulamento do mapa de pessoal e plano anual de recrutamento do Município de Tábua para 2026, para a inclusão de um posto de trabalho na categoria de assistente operacional na área de Auxiliar de Apoio à saúde, na área de Cantoneiro de Limpeza e Arruamentos e na área Motorista de Transportes Coletivos, bem como, alteração da caracterização do posto de trabalho de Técnico Superior na área de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território, documentos que se dão por reproduzidos: Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Tábua para 2026; Extrato da alteração ao Regulamento do Mapa de Pessoal de 2026; Proposta de alteração ao Plano Anual de Recrutamento de 2026.

Prestados os devidos esclarecimentos pelo Senhor Presidente da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal deste Município para 2026, a Alteração ao Regulamento do Mapa de Pessoal de 2026 e a Alteração ao Plano Anual de Recrutamento 2026, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a serem remetidos para aprovação da



CÂMARA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CASA DA PROFESSORA DA VENDA DA SERRA – ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ESPECIALIDADES, PROGRAMA BNAUT – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

O Senhor Presidente esclareceu que o ponto em análise se tratava da aquisição de serviços para a elaboração de projetos de especialidades para um imóvel no âmbito do programa BNAUT. Informou que, sendo agora obrigatório, o ponto era trazido para aprovação do parecer prévio vinculativo, de modo a permitir o rápido lançamento do procedimento, tendo em consideração os atrasos já mencionados por parte do IHRU. Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 149 – Presente a informação jurídica n.º 4/2026, datada de 11 de fevereiro, da Técnica Superior, Inês Gonçalves, que se dá por reproduzida, inerente à requisição para a aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de especialidades relativos à Casa da Professora da Venda da Serra – Programa BNAUT, em regime de tarefa, no montante de 4.990,00€ (quatro mil novecentos e noventa euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, documento que se dá por reproduzido. Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, a aprovação da emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, considerando o cumprimento dos requisitos necessários à sua celebração.

4. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA PISTA DE ATLETISMO MÁRIO PINTO CLARO POR PARTE DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ATLETISMO DE COIMBRA PARA A REALIZAÇÃO DO “MEETING JOVEM MÁRIO PINTO CLARO” E DO “KM JOVEM DISTRITAL” – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS.

O Senhor Presidente introduziu o ponto, explicando que se tratava de um pedido de isenção de taxas para a utilização da pista de atletismo, cuja autorização de utilização é da



CÂMARA MUNICIPAL

competência regulamentar, mas a isenção deve ser deliberada em Reunião de Câmara. No uso da palavra, o Senhor Vereador Paulo Eliseu solicitou um esclarecimento, referindo um possível lapso no documento de suporte, nomeadamente no parágrafo que menciona um acréscimo de 20% para o evento de 28 de fevereiro, mas que termina com a data de 29 de março. Questionou ainda se o uso da iluminação artificial ocorreria no dia 28 de fevereiro. Em resposta, o Senhor Vereador David Pinto esclareceu que não se trata de um lapso, pois são duas provas distintas. O Meeting Jovem decorre no dia 28 de fevereiro, das 14h às 19h, sendo neste dia que poderá ser necessário acender a iluminação artificial, justificando o acréscimo de custo. A outra prova é no dia 29 de março. Aproveitou para salientar que as excelentes condições da pista têm permitido a realização de muitas utilizações e que a Associação Distrital de Atletismo de Coimbra tem sido um excelente parceiro. O Senhor Presidente corroborou a explicação, clarificando que o acréscimo está logicamente associado à data de 28 de fevereiro, e não à de 29 de março. Informou que a votação incidiria sobre a isenção ou não da taxa de utilização.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação. Deliberação n.º 150 – Presente a informação técnica n.º 5/2026, do Técnico Superior, Rui Vaz, datada de 12 de fevereiro, que se dá por reproduzida, no seguimento do pedido apresentado pela Associação Desportiva de Atletismo de Coimbra, para a realização do Meeting Jovem Mário Pinto Claro e do KM jovem Distrital, a decorrerem nos dias 28 de fevereiro e 29 de março respetivamente, solicitando para os efeitos a utilização da Pista de Atletismo Mário Pinto Claro, no Estádio Municipal de Tábua, com isenção de pagamento de taxas.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a cedência da instalação bem como a isenção de taxas, nos termos do estipulado no n.º 2, do artigo 32.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização do Estádio Municipal de Tábua.

5. PROJETO BIBLIOLED.

O Senhor Presidente passou ao ponto cinco, informando que se tratava de um regulamento global apresentado na CIM Região de Coimbra, que implicava uma assunção de despesa. Explicou que o valor a votar era a comparticipação do Município de Tábua, cerca de 500



CÂMARA MUNICIPAL

euros mais IVA anuais, para um projeto que envolve os 19 municípios da CIM. De seguida, cedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente, Dr. António Oliveira, complementou, explicando que o projeto visa dar acesso digital a e-books e audiolivros a qualquer munícipe inscrito na Biblioteca Municipal João Brandão. Considerou a verba “muito simpática” e uma excelente oportunidade, uma vez que o Município já tinha ponderado aderir a uma modalidade semelhante a nível nacional, mas os custos eram muito elevados. Felicitou a CIM pelo desafio.

A Senhora Vereadora Alexandra Moura considerou o projeto muito interessante pelo baixo custo. Questionou se o mesmo seria divulgado junto da comunidade educativa, pois poderia melhorar a literacia dos jovens.

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente, informando que a divulgação seria reforçada e que o próximo Boletim Municipal já incluirá uma nota sobre o projeto, de forma a chegar a todos os munícipes, dentro e fora do contexto escolar. Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação. Deliberação n.º 151 – Presente a informação, datada de 16 de fevereiro, referente ao Manual de Procedimentos para a gestão do catálogo regional, BiblioLED Região de Coimbra - serviço intermunicipal de empréstimo gratuito de livros digitais e audiolivros, desenvolvido ao abrigo do protocolo celebrado com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) – o grupo de trabalho da Rede Intermunicipal de Bibliotecas de Coimbra (RIB-RC) apresenta uma proposta de Manual de Procedimentos para o catálogo regional, documento que se dá por reproduzido. Neste sentido o Grupo de trabalho propõe a adoção dos seguintes custos plurianuais: Custo anual estimado: 8.100,00 € (oito mil e cem euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, sendo que a repartição é igualitária pelos 19 Municípios (cerca de 427,00 € (quatrocentos e vinte sete euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por Município); Custo total (2026-2029): 32.400,00 € (trinta e dois mil e quatrocentos euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; Os encargos não beneficiam de cofinanciamento, sendo integralmente suportados pelos Municípios.

Colocado o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar os encargos imputáveis ao Município no âmbito do período de execução do projeto.



CÂMARA MUNICIPAL

DOPGU – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

6. CERTIDÕES PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE.

O Senhor Presidente introduziu o ponto, informando que se tratava de três deliberações, e passou a palavra à Senhora Chefe de Divisão, Eng.^a Luísa Marques.

A Eng.^a Luísa Marques apresentou o requerimento da deliberação 152, referente a um parecer para constituição de compropriedade de um prédio rústico em Midões, para ratificar um despacho favorável da Vereadora do Pelouro, com a advertência de que futura divisão não será viável por não possuir a área mínima de cultura. Não havendo questões, o assunto foi votado.

Deliberação n.º 152 – Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, MGD n.º 687, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, apresentado por Catharina Johanna Houtman, para efeitos de escritura notarial de compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 2864 sito na Rua do Pico, Midões, da Freguesia de Midões e Concelho de Tábua, e a informação n.º 044/2026, datada de 11 de fevereiro de 2026, do Arquiteto José Fonseca, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao requerido, e ao teor da informação anteriormente citada, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 11 de fevereiro de 2026, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência de que a eventual divisão prevista no artigo n.º 1412.º do Código Civil não é viável, em virtude do prédio ter área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Usando novamente da palavra, a Eng.^a Luísa Marques apresentou o requerimento da deliberação 153, semelhante ao anterior, para um prédio rústico contíguo, com a mesma advertência. O assunto foi votado.

Deliberação n.º 153 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, MGD n.º 686, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, apresentado por Dick Ter Burg, para efeitos de escritura notarial de compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º



CÂMARA MUNICIPAL

2863 sito no Pico, Midões, Freguesia de Midões e Concelho de Tábua, e a informação n.º 043/2026, datada de 11 de fevereiro de 2026, do Arquiteto José Fonseca, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao requerido, e ao teor da informação anteriormente citada, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 11 de fevereiro de 2026, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência de que a eventual divisão prevista no artigo n.º 1412.º do Código Civil não é viável, em virtude do prédio ter área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

Foi em seguida apresentado, pela Eng.ª Luísa Marques, o requerimento da deliberação 154, para um prédio rústico na Maceira, Vila do Mato, com a mesma advertência. O assunto foi votado.

Deliberação n.º 154 - Presente o requerimento de parecer à constituição de Compropriedade, MGD n.º 690, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, apresentado por João Pedro Fernandes Pais, para efeitos de escritura notarial de compra e venda, do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 230 sito na Maceira, Vila do Mato, Freguesia de Midões e Concelho de Tábua, e a informação n.º 045/2026, datada de 11 de fevereiro de 2026, do Arquiteto José Fonseca, documentos que se dão por reproduzidos.

Face ao requerido, e ao teor da informação anteriormente citada, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar o despacho da Senhora Vereadora do Pelouro do Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 11 de fevereiro de 2026, de emissão de parecer favorável à constituição da compropriedade, com a advertência de que a eventual divisão prevista no artigo n.º 1412.º do Código Civil não é viável, em virtude do prédio ter área inferior à unidade mínima de cultura legalmente estipulada.

7. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO.

O Senhor Presidente passou a palavra à Eng.ª Luísa Marques, que apresentou o processo de licenciamento de obras n.º 269/2025, referente à alteração e ampliação de edificações



CÂMARA MUNICIPAL

existentes para agroturismo em Babau. Informou que o projeto se localiza em reserva ecológica, mas obteve parecer favorável da CCDRC, estando em condições de ser aprovado.

O Senhor Presidente questionou quais as infraestruturas que ficariam a cargo do requerente. A Eng.^a Luísa Marques respondeu que seriam as em falta, nomeadamente o saneamento. O Senhor Presidente reforçou a importância de ficar claro que a aprovação é condicionada e que a responsabilidade pela construção das infraestruturas é do promotor, para que não haja pressões futuras sobre a Câmara. A Eng.^a Luísa Marques concordou, explicando que, por ser fora do perímetro urbano, o município não tem obrigação de dotar o local de infraestruturas, sendo a sua falta um motivo de indeferimento, a menos que o requerente assuma a sua execução.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação. Deliberação n.º 155 – Presente o processo de Licenciamento de Obra n.º 08/2025/269, que se dá por reproduzido, em que é requerente Quinta Kipepeo Unipessoal, Lda., referente à obra de alteração e ampliação de edificações e alteração ao uso para agroturismo – TER, localizada em Babau, Freguesia e Concelho de Tábua.

Posto o assunto à consideração da Câmara, atendendo à informação n.º 016/2026, datada de 26 de janeiro de 2026, do Arquiteto José Fonseca, com a concordância da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o projeto de arquitetura nos termos do n.º 3, do artigo 20.º do RJUE, com o condicionalismo referido na mencionada informação.

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

8. AUTOS DE MEDIÇÃO.

O Senhor Presidente passou a palavra ao Eng.º José Lima que apresentou o auto de medição n.º 4 da empreitada de requalificação da Escola Secundária de Tábua, no valor de 32.392,01 euros IVA, propondo a sua aprovação.

Deliberação n.º 156 – Presente o Auto de Medição n.º 4 de trabalhos contratuais da Empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S.A., respeitante à empreitada “Requalificação



CÂMARA MUNICIPAL

(Alteração e Ampliação) da Escola Secundária de Tábua”, processo n.º CP-34-E/2024, no valor de 32.392,01€ (trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois euros e um cêntimo), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

Em seguida o Eng.º José Lima apresentou o auto de medição n.º 21 e último da empreitada de urbanização da área empresarial da Carapinha, no valor de 1.105,26 € propondo a sua aprovação.

Deliberação n.º 157 – Presente o Auto de Medição n.º 21 de trabalhos contratuais da Empresa EMBEIRAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., respeitante à empreitada “Execução das obras de urbanização do Plano de Pormenor da Área Empresarial da Carapinha”, processo n.º CP-39-E/2022, no valor de 1.105,26 € (mil cento e cinco euros e vinte seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

9. TRABALHOS A MENOS.

O Sr. Presidente deu a palavra ao Eng.º José Lima que apresentou o auto de trabalhos a menos da empreitada da área empresarial da Carapinha, no valor de 100.036,31 € mais IVA. O Senhor Vereador Paulo Eliseu solicitou um esclarecimento técnico sobre a relação entre este auto e os autos de medição, e sobre que trabalhos contratados não foram executados. O Eng.º José Lima explicou que os autos não estão relacionados. O auto de trabalhos a menos refere-se a trabalhos que estavam contratados, mas não foram executados por dois motivos: a não execução de um emissário de saneamento, cujos pressupostos se alteraram; e a não alteração de uma linha de média tensão, cuja responsabilidade, por questões burocráticas, foi decidida entregar à E-Redes.

O Senhor Presidente considerou os esclarecimentos importantes, acrescentando que o saneamento foi executado, mas com uma solução diferente e direta para a zona da Carapinha, e que a opção de não ser a empresa a intervir na linha de média tensão, mas sim



CÂMARA MUNICIPAL

a E-Redes, visou agilizar a obra, que era financiada pelo PT 2020 e PT 2030. O Senhor Vereador Paulo Eliseu, agradecendo o esclarecimento, colocou uma questão informativa sobre a razão de ainda não haver empresas instaladas na área empresarial. O Senhor Presidente prestou um longo esclarecimento sobre o historial da Área Empresarial da Carapinha, explicando que a obra visou, em primeiro lugar, legalizar as empresas que ali operavam há 38 anos em condições precárias. Esclareceu que se tratou de uma obra de engenharia complexa para minimizar os taludes existentes e adaptar o espaço, e não a criação de uma área de raiz. Informou que já foram vendidos cinco lotes em hasta pública e que se está a preparar a colocação de mais quatro lotes no mercado, bem como a avançar com um processo de expropriação para disponibilizar mais 30 lotes no futuro. Não havendo mais questões, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 158 – Presente o Auto de Trabalhos a Menos da Empresa EMBEIRAL – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., da Empreitada “Execução das obras de urbanização do Plano de Pormenor da Área Empresarial da Carapinha”, processo n.º CP-39-E/2022, no valor de 100.036,31€ (cem mil e trinta e seis euros e trinta e um cêntimos), ao qual acresce I.V.A. à taxa legal em vigor, certificado pela fiscalização da obra, documento que se dá por reproduzido.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 7 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o referido auto.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou encerrada a reunião às dezassete horas, tendo sido aprovada a minuta da ata por unanimidade.

E eu, Sofia Isabel Macedo Andrade, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,
